



CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Antonia Erilane Lauriano Alves da Costa

Janaine Rodrigues dos Santos

Layanne Carvalho de Araújo

Maria Edineuma da Silva

Tatiana Silva Fernandes

**ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM
OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA REDE AQUARELA**

FORTALEZA

2018

Antonia Erilane Lauriano Alves da Costa

Janaine Rodrigues dos Santos

Layanne Carvalho de Araújo

Maria Edineuma da Silva

Tatiana Silva Fernandes

ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM
OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA REDE AQUARELA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade Ateneu, como
pré-requisito para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Ms. Elaine Marinho Bastos

FORTALEZA

2018

C837a Costa, Antonia Eriane Lauriano Alves da.

Abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes: um olhar dos profissionais da Rede Aquarela. / Janaine Rodrigues dos Santos, Layanne Carvalho de Araújo, Maria Edineuma da Silva, Tatiana Silva Fernandes. -- Fortaleza: UNIATENEU, 2018.
38 f.

Orientadora: Profa. Ms. Elaine Marinho Bastos.
Artigo (Graduação em Serviço Social) – UNIATENEU, 2018.

1.Criança e adolescente. 2.Abuso sexual. 3.Redes Aquarela. I.Santos, Janaine Rodrigues dos. II.Araújo, Layanne Carvalho de. III.Silva, Maria Edineuma da. IV.Fernandes, Tatiana Silva. V.Título.

CDD 343.5615

ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA REDE AQUARELA

(SEXUAL ABUSE OF CHILDREN AND ADOLESCENTS: A LOOK AT THE PROFESSIONALS OF THE AQUARELA NETWORK)

Antônia Eriane Lauriano Alves da Costa ¹

Janaine Rodrigues dos Santos²

Layanne Carvalho de Araújo³

Maria Edineuma da Silva⁴

Tatiana Silva Fernandes⁵

RESUMO

O abuso sexual que ocorre contra crianças e adolescentes de ambos os sexos no seio familiar é uma prática, que historicamente se manifesta em todas as classes sociais e que ainda é muito velada pelas vítimas que sofrem o abuso, por seus familiares e pela sociedade como um todo. O campo escolhido para a pesquisa foi o Programa Rede Aquarela por ser uma instituição que oferece atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e a seus familiares. Trata-se de um estudo qualitativo, de cunho bibliográfico e descritivo, que teve como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturado aplicado as profissionais do Programa. Busca-se, assim, compreender o abuso sexual intrafamiliar na vida das crianças e adolescentes a partir do olhar dos profissionais da Rede Aquarela assim como entender o abuso sexual no convívio familiar, apreender as consequências do abuso sexual, conhecer o perfil das vítimas que sofrem abuso sexual, como o programa trabalha na perspectiva da prevenção e do enfrentamento desta violência e identificar as instituições que fazem parte da rede socioassistencial que trabalham em articulação com o Programa. Com os resultados obtidos, entendemos que o Programa Rede Aquarela oferece um atendimento especializado às vítimas de abuso sexual e as suas famílias. Entre os principais desafios enfrentados pelos profissionais estão a articulação com a rede socioassistencial, a resistência familiar quanto ao apoio as vítimas, a grande demanda, a falta de investimento na capacitação e a falta de segurança para com os profissionais que precisam estar dentro das comunidades. Já sobre o perfil das vítimas, são crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, estão na escola e são de classes vulneráveis. Entre as principais consequências do abuso estão

¹ Estudante de graduação da Faculdade Ateneu (FATE). erilanealves@hotmail.com

² Estudante de graduação da Faculdade Ateneu (FATE). janainerodrigues.deus@gmail.com

³ Estudante de graduação da Faculdade Ateneu (FATE). laynne-ca@hotmail.com

⁴ Estudante de graduação da Faculdade Ateneu (FATE). edneumasilva@hotmail.com

⁵ Estudante de graduação da Faculdade Ateneu (FATE). tatyanna.fernandes1410@gmail.com

o rompimento familiar, pensamentos suicidas e o sentimento de culpa que envolve vítimas e familiares.

Palavras-chave: Criança e Adolescente. Abuso Sexual. Rede Aquarela.

ABSTRACT

Sexual abuse of children and adolescents of both sexes in the family is a practice that historically manifests itself in all social classes and is still very much veiled by the victims who suffer abuse, by their families and by society as a everything. The field chosen for the research was the Aquarela Network Program as it is an institution that provides care to children and adolescents who are victims of sexual abuse and to their families. This is a qualitative, bibliographical and descriptive study, which had as a data collection instrument a semi-structured interview script applied to the professionals of the Program. The aim is to understand intrafamily sexual abuse in the life of children and adolescents from the perspective of the professionals of Rede Aquarela as well as to understand sexual abuse in family life, to understand the consequences of sexual abuse, to know the profile of the victims who suffer sexual abuse, how the program works in the perspective of the prevention and coping of this violence and identify the institutions that are part of the social assistance network that work in articulation with the Program. With the results obtained, we understand that the Aquarela Network Program offers specialized assistance to victims of sexual abuse and their families. Among the main challenges faced by professionals are the articulation with the social assistance network, family resistance to support the victims, the great demand, the lack of investment in training and the lack of security for the professionals who need it within the communities. Already on the profile of the victims, they are children and adolescents from 0 to 18 years old, are in school and are from vulnerable classes. Among the main consequences of abuse are family breakdown, suicidal thoughts and guilty feelings involving victims and family members.

Keywords: Child and teenager. Sexual abuse. Watercolor Network.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso irá abordar o abuso sexual que ocorre contra crianças e adolescentes de ambos os sexos no seio familiar. Uma prática, que historicamente se manifesta em todas as classes sociais e que ainda é muito velada pelas vítimas que sofrem o abuso, por seus familiares e pela sociedade como um todo.

Entende-se por abuso sexual de crianças e adolescentes toda prática sexual realizada por um ou mais adultos ou adolescentes envolvendo uma das vítimas, com idade inferior a 18 anos e que tem por objetivo estimulá-las sexualmente, assim como usá-las para suprir suas necessidades sexuais. O ato ocorre sem o consentimento consciente desses, ficando-os assim, vulneráveis a constrangimentos e ameaças (AZEVEDO; GUERRA,1988). Logo, o abuso sexual de crianças e adolescentes intrafamiliar ocorre dentro da própria família.

Neste tipo de violência, os principais agressores são os próprios pais e outros familiares e o abuso ocorre dentro da própria casa das vítimas (DAY *et al.*, 2003; BOURDIEU, 2004; ZOTTIS, ALGERI; PORTELLA, 2006). O que nos faz compreender que é um fenômeno silenciado pelos envolvidos, pois os agressores são pessoas que possuem vínculos afetivos com as vítimas, tornando assim a pesquisa complexa e desafiadora.

O campo escolhido para a pesquisa foi o Programa Rede Aquarela por ser uma instituição que oferece atendimento e acompanhamento as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e a seus familiares. O objetivo geral da pesquisa é compreender o abuso sexual na vida das crianças e adolescentes a partir do olhar dos profissionais da Rede Aquarela. Os objetivos específicos visam entender o abuso sexual no convívio familiar, apreender as consequências do abuso sexual, conhecer o perfil das vítimas que sofrem abuso sexual, como o programa trabalha na perspectiva da prevenção e do enfrentamento desta violência e identificar as instituições que fazem parte da rede socioassistencial que trabalham em articulação com o Programa.

Deste modo, este tema foi escolhido pelos autores por entender que é um fenômeno que não está alheio a nossa realidade, mesmo com todas as

transformações históricas, sociais e ideológicas, ainda está presente de forma latente no nosso meio, independente de classe social, raça ou etnia em que se enquadre a família e a vítima.

Acredita-se ser de relevância o estudo do tema abordado, por discutir um tema relevante para a sociedade, bem como visibilizar a importância da denúncia dos abusadores e para publicizar os agravos que o abuso sexual traz para a vida de uma criança ou adolescente abusado, sejam eles físicos, psicológicos ou sociais. Para que, a sociedade tenha consciência da responsabilidade que tem sobre as crianças e adolescentes conforme apresenta a Constituição Federal de 1988.

A pesquisa por sua vez, será de grande relevância para a comunidade acadêmica, pois apesar de já existirem diversos estudos sobre o tema, esta, terá características próprias, com base nas teorias de pesquisadores sociais e servirá de acervo para posteriores pesquisas e análises.

Para melhor compreendermos a temática, o trabalho será apresentado em três capítulos teóricos: Criança, Adolescente e Família, abuso sexual contra crianças e adolescentes intrafamiliar e Políticas Públicas de enfrentamento ao abuso sexual de crianças e Adolescentes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Infância, Adolescência e Família

Este primeiro capítulo traz discussões acerca dos conceitos de Criança, Adolescente e Família. Para os dois primeiros, iremos elencar os avanços ocorridos na legislação que fez com que crianças e adolescentes fossem reconhecidos pela sociedade civil e pelo Estado como sujeitos de direitos que merecem proteção. Para o último, será abordado os conceitos de família, como se configuram nos dias atuais e como se dão as relações de famílias que tem em seus lares agressores, crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Na antiguidade, a infância era desconhecida, crianças e adolescentes não se distinguiam de adultos, pois eram tratados como adultos pequenos. Assim, não recebiam nenhum tipo de tratamento diferenciado, eram vulneráveis a trabalhos forçados, a violência, ao abandono, a espancamentos, a abusos sexuais, o que favorecia para que seu tempo de vida fosse reduzido (ARIÈS, 1978). Contudo, esses atos não eram reconhecidos como violação de direitos, não existiam políticas públicas de proteção a essas crianças e adolescentes e nem o conceito de infância e adolescência.

A partir das transformações históricas, que envolvem questões econômicas, culturais e sociais, começou a se tornar visível a preocupação por parte do Estado em reconhecer juridicamente crianças e adolescentes como sujeitos, que têm direito o amparo integral do Estado e da sociedade civil como um todo. Assim, no Brasil, um dos grandes marcos na Legislação para crianças e adolescentes foi a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, que logo depois foi acompanhada pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990 (PINTO, 2014).

De acordo com o que estabelece o ECA em seu artigo. 2º (BRASIL, 1990) “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”, tornando o Estado, a família e a comunidade responsáveis pela sua proteção, pois estes ainda estão em processo de desenvolvimento físico e psicológico e, que pela sua condição peculiar devem ser tratadas com prioridade absoluta.

Considera-se, assim, que a criança é um sujeito histórico como todos os seres humanos, fazendo parte de uma organização familiar, inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura e um determinado momento histórico. Têm como ponto de referência suas famílias, sendo essa a primeira base para a construção de suas percepções sobre o mundo (BRASIL, 1988).

A família por sua vez, é conceituada como uma organização social essencial, em que os indivíduos que a compõem serão formados, educados, orientados, atribuindo aos seus responsáveis na figura do pai e da mãe a responsabilidade de garantir a proteção, a segurança, assim como de cuidar do seu desenvolvimento físico e psicológico (ARAÚJO, 2002).

Contudo, a família constitui-se como uma representação social que se constrói ao longo da história e, que por isso é suscetível de modificações dependendo do contexto social, ideológico, econômico de cada época. (BRUSCHINI, 2000; CANEVACCI, 1984; CARVALHO, 2002; DURAHN, 2004; OSTERNE, 2001). Por isso, pode se considerar que não tem um padrão específico para determinar o que é uma família, pois ela pode se configurar de diversos modos como explica Oliveira (2009, p.68.),

A composição pode variar em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família diferenciada do clássico modelo de família nuclear.

O que nos ajuda a compreender que novos conceitos de família surgiram, ao longo do tempo, fazendo com que elas não sejam apenas constituídas por um homem, uma mulher e seus filhos, mas também de parentes, cônjuges e casais homoafetivos. Assim, “[...] esta instituição foi modificando sua estrutura ao longo do tempo e assim surgiram arranjos diferentes de família” (PIZZI, 2012).

Desse modo, é apresentado por Scobernatti (2005), as novas formas de organização familiar, quais sejam relação conjugal⁶, união estável⁷, família monoparental⁸, a família reconstituída⁹, a família adotiva¹⁰ e as relações homossexuais¹¹.

⁶ “A que se estabelece entre duas pessoas de sexos opostos que convivem em uma entidade familiar, não tendo necessariamente, origem no matrimônio” [...] (SCOBERNATTI, 2005, p. 73).

⁷ Caracteriza-se pela convivência de um homem e uma mulher, com vistas a constituir família (SCOBERNATTI, 2005 *apud* PEDERSEN, 2010).

⁸ É aquela em que um homem ou uma mulher encontra-se sem cônjuge ou companheiro, e vive com uma ou várias crianças. São formadas não só por mães solteiras, mas também por pessoas divorciadas ou optantes por terem filhos, mantendo-se sozinhas (SCOBERNATTI, 2005 *apud* PEDERSEN, 2010).

⁹ “Formada por pais separados que encontram novos companheiros, ou mesmo pela união de pessoas que, anteriormente, constituíam família monoparental” (SCOBERNATTI, 2005, p. 76).

¹⁰ É aquela que adota uma medida de proteção para a criança que visa encontrar uma família adequada a ela. (PERDENSEN, 2010, p.41).

¹¹ São formas de relações entre duas pessoas do mesmo sexo. (PERDENSEN, 2010, p. 41).

Assim, independentemente das configurações de famílias que existem e que foram se constituído ao longo do tempo, o Estado conforme a Constituição Federal - (BRASIL,1988) no seu artigo 226 define que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Logo, entende-se que a lei maior, efetiva a responsabilização por parte do Estado para garantir o fundamento e o alicerce familiar de maneira adequada (RIBEIRO; CABRAL, 2013).

Desta forma, famílias que convivem com a problemática do abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes merecem especial proteção do Estado, o que nos leva a discutir o próximo capítulo, como se dá esse fenômeno dentro do ambiente familiar que envolve dor, silêncio e violação de direitos.

2.2 Abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes

Neste capítulo, será abordado o abuso sexual que ocorre dentro do ambiente familiar, configurando-se assim com um dos tipos de violência e como uma das violações de direitos contra crianças e adolescentes. Será definido seus conceitos, suas características, causas e consequências no sentido de entender a problemática.

A violência é um fenômeno que está presente diariamente na sociedade, afetando os indivíduos em que nela vivem. As crianças e adolescentes, por sua vez, são suas vítimas na qual estão sujeitos a qualquer tipo de violência como a física, a sexual, o abandono, a exploração sexual, os maus-tratos, o trabalho infantil, entre outros. Merecendo desta forma uma atenção especial, pois estão em processo de desenvolvimento precisando de cuidado e proteção. Esses tipos de violência podem ocorrer em vários espaços, entre eles o extrafamiliar e o intrafamiliar (DAY *et al.*, 2003), no qual, este último é o foco da presente pesquisa.

A violência intrafamiliar é conceituada pelo Ministério da Saúde como,

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda

que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2001, p. 15).

A partir deste conceito, compreendemos que qualquer ato cometido por um membro familiar contra um outro que esteja no mesmo ambiente familiar é considerado violência intrafamiliar, estando entre os tipos de violência intrafamiliar a “[...] física¹², sexual¹³, psicológica¹⁴, abandono, negligência¹⁵ podendo atingir indistintamente qualquer classe social, faixa etária e ambos os sexos” (BARROS, 2005, p. 41 *apud* AZEVEDO, 1999).

Com isso, a violência ou abuso sexual no qual trataremos é caracterizada como,

Qualquer interação, contato ou envolvimento da criança ou adolescente em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando assim as regras legais da sociedade. [...] significa todo ato ou relação sexual erótica, destinada a buscar prazer sexual. A gama de atos é bastante ampla abrangendo atividades: sem contato físico – voyeurismo, cantadas obscenas, etc.; com contato físico, implicando graus diferentes de intimidade que vão dos beijos, carícias nos órgãos sexuais até cópulas (oral, anal, vaginal); sem emprego da força física; mediante emprego da força física (SCOBERNATTI, 2005, p. 99-100).

Desse modo, nos faz entender que o abuso sexual intrafamiliar tem as mesmas características do extrafamiliar, porém, ocorre dentro do ambiente familiar com indivíduos que possuem grau de parentesco e relação de intimidade, o que favorece a denúncia tardia e inclusive a associação da violência psicológica, a fim de manter o silêncio do sujeito vitimizado.

De acordo com Abrapia (2002), o abuso sexual pode ser conceituado como intrafamiliar quando há uma relação incestuosa. Os principais abusadores são os pais, padrastos, tios e avós. E o abuso extrafamiliar são aqueles em que

¹² [...] está geralmente associada a uma forma de punição ou disciplina e, com frequência, se encontra a marca do instrumento utilizado na agressão [...] (SCOBERNATTI, 2005, p. 88).

¹³ Qualquer interação, contato ou envolvimento da criança ou adolescente em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando assim as regras legais da sociedade. [...] (SCOBERNATTI, 2005, p. 99-100).

¹⁴ Está presente em todas as formas de violência, embora possa ocorrer isoladamente e variar desde a desatenção ostensiva até a rejeição total [...] (SCOBERNATTI, 2005, p. 90).

¹⁵ [...] se expressa pela indiferença e pela rejeição afetiva, manifestada por humilhações, depreciações constantes que bloqueiam os esforços de auto aceitação da criança [...] (SCOBERNATTI, 2005, p. 87).

o abusador está próximo da vítima, são pessoas que geralmente elas confiam como educadores, médicos, religiosos, cuidadores, entre outros. A vítima tem alguma convivência no mesmo grupo social, mas não mora no mesmo ambiente doméstico. Ocorre em ambientes como creches, escolas, onde pessoas que cuidam dessas crianças se aproveitem da força e autoridade que tem sobre elas (BAPTISTA, 2008).

Cabe destacar que o abuso sexual é um tipo de violência sexual. Essa última pode ocorrer na forma de exploração sexual que envolve questões econômicas, abrangendo: crianças, adolescentes, abusadores e aliciadores. Articula-se ao turismo sexual, tráfico humano com objetivo sexual e, a pornografia, inclusive, pornografia na internet (ABRAPIA, 2002).

Ressalta-se que o agressor explorador pode estar na família ou ser alguém cuja a vítima mantenha uma sociabilidade. Retornando ao abuso sexual segundo Abrapia (2002), pode ser compreendido em uma série de situações sendo dividida em dois tipos: abuso sexual com contato físico e abuso sexual sem contato físico. O abuso sexual com contato físico se apresenta nas formas de atos físico-genitais, pornografia e prostituição. Configura-se também como o estupro, o atentado violento ao pudor, o incesto e o assédio sexual. Já o abuso sexual sem contato físico se apresenta como abuso sexual verbal, telefonemas obscenos, exibicionismo e voyeurismo podendo ocorrer com adolescentes e adultos.

O abuso sexual pode ser desde “[...] carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, ‘voyeurismo’, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física” (ABRAPIA, 2002, p. 8), podendo ser cometida por um adulto ou um adolescente mais velho, baseada numa relação de poder e confiança. Pode atingir todas as classes sociais quanto todas as idades.

Assim, a violência cometida em ambiente intrafamiliar torna-se favorável para o abusador, pois a vítima tem uma relação de confiança. O abusador se aproveita da confiança da vítima fazendo muitas vezes com que a criança ou adolescente se sinta culpado e faz com que a violência ocorra de forma repetitiva (BAPTISTA, 2008).

O abusador geralmente pode usar duas estratégias para satisfazer seu desejo, que são a sedução e/ou ameaça, aproximando-se da vítima buscando um vínculo. Utiliza seu poder sobre a vítima para satisfação de suas necessidades sexuais e de seus prazeres. A violência pode ocorrer uma única vez e/ou várias vezes podendo chegar até a fase adulta, quando não há mais a dominação (BAPTISTA, 2008).

Dessa forma, o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes acarreta vários prejuízos aos mesmos, sejam eles físicos, emocionais, psicológicos ou sociais (ROMARO; CAPITÃO, 2007). Entre os sintomas e manifestações do abuso estão:

[...] automutilação e tentativa de suicídio, adição a drogas, depressão, isolacionismo, despersonalização, isolamento afetivo, hipocondria, timidez, distúrbio de conduta (roubo, fuga de casa, mentiras), impulsividade e agressão sexual, assim como é frequente a presença de síndromes dissociativas, transtornos severos de personalidade e transtorno de estresse pós-traumático (ZAVASCHI, 1991, p.136-145).

De acordo com Gabel (1997), o abuso sexual também traz transtornos psicológicos para as vítimas, fazendo com que estas tenham comportamentos desordenados, entres esses estão alucinações, sentimento de medo, tormento, inquietude. O relacionamento com a sua sexualidade é alterado, masturbando-se constantemente, introduzindo objetos na sua genitália, solicitando estímulos sexuais para outras pessoas e conhecendo a sexualidade adulta ainda na infância.

Deste modo, cabe aos órgãos municipais, estaduais e federais a adoção de mecanismos para a prevenção e o enfrentamento das diversas formas de violência intrafamiliar, inclusive a sexual que tem como vítimas crianças e adolescentes. E, sobre esses mecanismos discutiremos o próximo capítulo, apresentando as políticas públicas criadas ao longo do tempo para garantir os direitos de crianças e adolescentes que tem seus direitos violados.

2.3 Políticas Públicas de enfrentamento ao abuso sexual de crianças e adolescentes

Neste capítulo, iremos discutir sobre as políticas públicas que foram historicamente construídas para garantir direitos de crianças e adolescentes, em especial aquelas vítimas de violência, colocando em evidência o abuso sexual intrafamiliar. Falaremos sobre o Programa Rede Aquarela e de como seu trabalho é realizado no município de Fortaleza no intuito da garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

As políticas públicas são um conjunto de ações realizadas pelo governo, que tem como principal objetivo viabilizar um determinado direito ao cidadão, que podem ser organizadas tanto no âmbito estadual como no municipal, proporcionando a garantia de direitos que estão presentes na Constituição Federal (BRASIL, 1988), (BENEDITO; MENEZES, 2013).

Podendo ser sociais nas áreas da saúde, assistência, habitação, educação entre outros, como também nas econômicas, nas áreas fiscais, monetária e etc., além de outras áreas como tecnologia e cultura (GELINSKI; SEIBEL, 2008). Para Souza (2003), as Políticas Públicas são o processo no qual os governantes traduzem seus propósitos em programas e ações para produzir resultados e mudanças desejadas no mundo real.

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), os direitos sociais e a proteção as crianças foram garantidos, conforme artigo 25º em que aponta que toda criança passa a ter direito de ser assistida desde esta declaração, perante seus direitos sociais, dando a partir daí ênfase para diversas lutas, para surgimento de políticas públicas para as crianças e adolescentes. Com a criação da constituição de 1988, estes direitos foram ratificados no Brasil. No ano de 1989 é assinada a Convenção Internacional dos Direitos da Criança pelos países pertencentes a Organização das Nações Unidas – ONU. A partir de então há a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA Lei nº8.069 de 1990, (BRASIL,1988) como legislação específica de proteção à criança e ao adolescente.

Nas discussões democráticas para a criação do ECA foi criado o Conselho Tutelar, onde a ideia era garantir um espaço oficial de participação da sociedade civil na proteção dos direitos de crianças e adolescentes. O Conselho Tutelar - CT é um órgão civil, permanente e autônomo, não jurisdicional, criado pelo ECA

que tem como objetivo proteger os direitos das crianças e adolescentes e fazer com estes sejam cumpridos (SÊDA,1992)

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, promulgado pela Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991, regulamenta os Conselhos Tutelares pela Resolução nº 111/2006. É o órgão responsável pela efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Além do mais, em junho de 2000 foi elaborado, na cidade de Natal/RN o Plano Nacional de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil e encaminhado ao CONANDA. Este aprovou o plano em julho do mesmo ano em comemoração aos 10 anos do ECA.

O plano tem como referência o ECA e como objetivos principais a constituição, execução e a consolidação de ações que visem a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O plano possui seis eixos estruturantes: análise de situação, mobilização e articulação, defesa e responsabilização atendimento, prevenção e protagonismo infantojuvenil.

Em janeiro de 2003 foi construído o Programa de ações integradas de enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil no território Brasileiro - PAIR, que tem três objetivos principais: o fortalecimento das redes de proteção a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual, viabilizar a conscientização da sociedade sobre uma sexualidade de modo sadio e seguro e agregar políticas públicas para que se realize um trabalho conjunto entre o governo, sociedade civil e órgãos internacionais com ações que visem o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes. A metodologia do PAIR se baseia no ECA que prevê a proteção de crianças e adolescentes e a viabilização de seus direitos em articulação com a sociedade civil, ações governamentais e não governamentais e entre as esferas municipais, estaduais e federais, ou seja, um trabalho realizado em rede.

Na cidade de Fortaleza, os atendimentos de caráter específico de crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual é prestado pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS do município e pelo Programa Rede Aquarela. Ambos estão ligados à Secretaria de Desenvolvimento Social. O CREAS é responsável em prestar atendimento as

crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que pertencem as regionais I, II e VI do município e o Programa Rede Aquarela atende as regionais III, IV e V e alguns bairros da VI.

O CREAS tem por meio da Prefeitura de Fortaleza a articulação com outros órgãos públicos do sistema de garantia de direitos, como a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e Adolescente - DCECA, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - Ceará – CEDECA, Conselhos Tutelares, entre outras instituições que visam o combate ao enfrentamento a violência sexual das crianças e adolescentes (PINTO, 2014).

O Programa Rede Aquarela foi criado no município de Fortaleza em 2005, buscando efetivar práticas para prevenção da violência sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas, oficinas, palestras que são desenvolvidas pelos profissionais, bem como este programa trabalha na perspectiva do tratamento psicossocial das vítimas e no acompanhamento das suas famílias viabilizando a promoção de direitos.

O programa busca integração social da comunidade e a mobilização das redes locais, tem sua atuação em todos os bairros que compreendem as regionais III, IV E V. Estabelece uma política de prioridade ao promover e assegurar a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Deste modo, a Rede Aquarela realiza e coordena as atividades para o enfrentamento dessa violência aqui estudada do município de Fortaleza (PINTO, 2014).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, na qual se tem como base as ciências sociais, trazendo como finalidade a mensuração de dados da realidade que não podem ser quantificados (MINAYO, 2001).

O estudo foi realizado por meio de levantamento de bibliografia e documentação pertinente ao tema e pesquisa de campo. A pesquisa centralizou-se nas seguintes categorias: infância, adolescência e família; abuso sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes; e políticas públicas de enfrentamento

ao abuso sexual de crianças e adolescentes. O estudo teve como base autores que escrevem sobre o tema. Será usado como base de dados as legislações de proteção à criança e ao adolescente, *sites* do Ministério da Saúde e *sites* acadêmicos como Scielo.

Para a pesquisa de campo, o estudo foi realizado junto aos profissionais do Programa Rede Aquarela que fica localizado na rua Guilherme Rocha, nº 1503, bairro Jacareacanga, Fortaleza/CE. O programa desenvolve ações de enfrentamento à violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, é responsável por proporcionar e formular atividades de caráter preventivo e atendimento de modo especializado e humanizado as vítimas e a seus familiares. Foram escolhidos como sujeitos da pesquisa a Supervisora de atendimento Psicossocial do programa, assim como a Psicóloga e a Assistente Social que compõem a equipe multidisciplinar da Rede Aquarela, além do material da instituição que fora disponibilizado para fins estatísticos.

Deste modo, usamos como técnica de pesquisa a entrevista semiestruturada, com roteiro de entrevista pré-elaborado. De acordo com Gil (2010, p.25), “A entrevista pode ser definida como uma técnica na qual o investigador se apresenta frente ao investigado e formula perguntas para obter as informações necessárias, sendo assim, uma forma de interação social”. Com isso, as perguntas norteadoras estão anexadas a este trabalho.

A presente pesquisa passou pela Plataforma Brasil, os sujeitos entrevistados assinaram o Termo Esclarecido de Livre Consentimento, os nomes dos participantes ficaram em sigilo para que a identidade fosse preservada. Foram usados, como forma de organizar os discursos e falas, apenas funções executadas pelas entrevistadas, com o objetivo de guardar a identidade destas. As entrevistas foram gravadas e analisadas de acordo com os conteúdos para desenvolvimento das categorias do referencial teórico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escolha do campo de pesquisa ocorreu através da sugestão de uma das professoras do Curso de Serviço Social da Faculdade Ateneu. A partir de então, em agosto de 2018, realizamos uma primeira visita para conhecer o Programa e saber sobre os procedimentos da Instituição. A coordenadora do Programa orientou entregar, mas um ofício para a Fundação da Criança e da Família Cidadã - FUNCI no qual foi disponibilizado pela Faculdade, para que, através da autorização desta instituição, pudéssemos realizar as entrevistas com as profissionais do atendimento psicossocial.

A partir da autorização da FUNCI marcamos as entrevistas com as profissionais para o mês de novembro de 2018. As profissionais assinaram o Termo Esclarecido de Livre Consentimento - TELC, ficando cientes do sigilo quanto aos dados coletados, assim como a possibilidade de desistirem de participar da pesquisa.

Dessa forma, apresentaremos os resultados alcançados por meio do nosso escopo teórico e, com base nas entrevistas realizadas com três profissionais do Programa quais sejam: a Supervisora de atendimento psicossocial, que tem a formação de Serviço Social e está a três anos no Programa. A mesma tem como função supervisionar os atendimentos psicossociais, e trabalha de segunda a sexta-feira com carga horária de 8 horas diárias. Com a Assistente Social que também está há três anos no Programa, realiza atendimento voltado para as famílias, trabalha também de segunda a sexta-feira com carga horária de 4 horas diárias e, com a Psicóloga que está há dois anos e meio no Programa e realiza um trabalho voltado para as vítimas nos mesmos dias da semana porém com carga horária de 6 horas diárias.

Diante dos dados coletados identificaram-se categorias para a análise e interpretação dos dados. Foi relatado sobre o surgimento do Programa no Município de Fortaleza, quais os seus objetivos, como é realizado o trabalho dos profissionais com as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e seus familiares e, quais as consequências mais recorrentes nas crianças e adolescentes vítimas, assim como os desafios para a realização deste trabalho com os sujeitos vitimizados. Foi elencado também sobre a articulação do Programa com a rede socioassistencial e, a sua importância a partir do olhar dos profissionais.

4.1 Surgimento e objetivos do Programa

O Programa Rede Aquarela surgiu no ano de 2005, integra a Fundação da Criança e da Família Cidadã da Secretaria de Cidadania de direitos Humanos - SCDH, e trabalha na perspectiva do enfrentamento, da prevenção e do tratamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. O mesmo substituiu o Programa Sentinela que antes realizava atendimento as vítimas de violência sexual do município de Fortaleza.

Oferece atendimento especializado e humanizado para as vítimas assim como para seus familiares desenvolvendo o trabalho em quatro eixos: eixo de disseminação, eixo de atendimento psicossocial, eixo DECECA e eixo 12º Vara. O eixo de atendimento psicossocial no qual compreende o Programa Rede Aquarela é composto por 01 Coordenadora, 02 Supervisores, 06 Psicólogos, 05 Assistentes Sociais, 01 Advogada, 05 Educadoras Sociais, 02 Pedagogas, 03 Técnicos e 01 Agente administrativo.

Atende as regionais III, IV, V e alguns bairros da VI. Já as regionais I, II e VI são atendidas pelo CREAS, porém, havendo a necessidade e de acordo com a complexidade da violência a Rede Aquarela atende as outras regionais, realizando em média 250 atendimentos anuais. Até o mês corrente, de acordo com os dados da instituição, foram atendidas 214 vítimas no Programa, sendo 53 do sexo masculino e 161 do sexo feminino. Na escala dos principais agressores estão o pai, padrasto, outros familiares, vizinho e por últimos desconhecidos. Dessa forma, para melhor compreensão, trouxemos o relato da Supervisora de atendimento:

[...] O programa Rede Aquarela como eu já falei faz parte da Fundação da Criança e da Família Cidadã da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Dentro do programa nós trabalhamos em 4 eixos: Nós temos uma equipe de disseminação que é uma equipe de prevenção, [...] essa equipe vai levar a informação pra os Agentes comunitários de Saúde - ACS, pra professor, pra crianças, pra adolescentes, pra identificar os sinais da violência sexual. O nosso 2º eixo, é, fica na DECECA, é uma parceria que nós temos com a Delegacia Especializada da criança e do adolescente e lá nós temos uma Psicóloga, uma Assistente Social e uma educadora né. O nosso 3º eixo é aqui no atendimento psicossocial, o qual eu sou, estou na supervisão e

o nosso 4º eixo, ele fica na 12ª vara criminal, lá tem uma psicóloga, que é servidora cedida e tem uma Assistente Social [...] (Supervisora).

Desse modo, compreendemos que o Programa realiza um trabalho articulado com a rede de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, para que seus objetivos sejam alcançados e promova um atendimento mais humanizado e especializado a essas vítimas e a seus familiares, com foco na perspectiva de superação da violência sofrida pelas vítimas e, distanciando-se da abordagem investigativa de acordo com as profissionais:

[...] há então o papel do atendimento, ele é diferente da delegacia, ele não é investigativo, então quando chega aqui, é, no primeiro atendimento é livre, a família traz seus relatos e cada técnico vai ver qual é a sua forma de intervenção né, o nosso trabalho é interdisciplinar, só que cada técnico tem o seu papel, sua escuta, seu encaminhamento, ele vai ser diferenciado né [...] (Supervisora).

É, a gente costuma dizer pras famílias, todas que vem para o atendimento que o nosso trabalho não é investigativo, ele é um trabalho de superação, a criança, ela vem para a Rede Aquarela pra ela superar o trauma [...] e ela levar a vida adiante com essa superação do que aconteceu com ela (Assistente Social).

[...] e aqui a gente não tá pra investigar se realmente aconteceu, e quando eu atendo a criança ou o adolescente o meu papel não é saber se realmente aconteceu, se não aconteceu, saber como foi, qual é o detalhe, quantas vezes ou onde foi, não é isso, se ele quiser contar se ele ficar aberto pode falar né a gente tem que ouvir o que ele quiser falar mas a gente tá aqui para resguardar a criança, fortalecer, empoderar ela, dá uma qualidade de vida melhor pra ela né.[...] (Psicóloga)

Compreendemos, com base nos relatos, que o Programa não tem um caráter investigativo, seu intuito é a promoção, a prevenção e o tratamento às vítimas de violência sexual, fazendo-nos entender que as políticas públicas proporcionam o acesso aos direitos e promovem mudanças dentro da realidade (SOUZA, 2003).

À vista disso, iremos expor no próximo tópico como ocorre na prática o atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual que são atendidas no Programa Rede Aquarela através dos profissionais, qual o caminho

percorrido até que estas cheguem e recebam atendimento no programa e quais os desafios para a realização do trabalho dos profissionais.

4.2 O trabalho dos profissionais e os desafios para a sua realização

No Programa Rede Aquarela é desenvolvido um trabalho multidisciplinar, porém cada profissional tem suas atribuições específicas. A partir do momento que é registrado o Boletim de Ocorrência - BO na DECECA esse é encaminhado para o atendimento na Rede Aquarela, onde a partir daí os educadores sociais fazem a primeira aproximação com as famílias por meio de visita ou contato telefônico, para que possam começar o atendimento psicossocial junto à vítima e a família como relata as profissionais:

[...] quando o BO, ele é feito na delegacia, eles encaminham esse boletim para a gente e as nossas educadoras sociais vão fazer a visita, é uma visita para convidar essa família a comparecer aos atendimentos, então as meninas, as educadoras já levam o dia, a agenda, o instrumental bem direitinho pra essa família ficar ciente que nesse dia ela tem o atendimento (Supervisora).

[..] não conseguindo contato, ai ela tenta contato telefônico, não consegui contato telefônico nem consegui localizar, entra em contato com a DECECA, pra DECECA informar a gente se consta algum endereço atualizado no cadastro deles, então assim, a gente faz todas as tentativas, nunca é arquivado uma vítima por que não se conseguiu nada, tudo é evoluído (Assistente Social).

Após o primeiro contato das educadoras sociais com a família da vítima, ocorre o primeiro atendimento que é feito com os profissionais do atendimento psicossocial onde cada um identificará como pode intervir diante da problemática, como discorrem as profissionais:

[..] esse primeiro atendimento é com a equipe toda, psicólogo, assessor jurídico, o Assistente Social, se tiver estagiário, os estagiários que normalmente a gente tem, eles também participam. Participa todo mundo já pra que a família não tenha que repetir aquilo pro Assistente Social, depois pro Psicólogo, depois pro Assessor Jurídico[...] (Supervisora)

[..] a gente explica sobre a Rede Aquarela, explica como vai ser os atendimentos, quando termina a gente pede que a pessoa relate pra gente um pouco do que foi acontecido. Por que no B.O é bem resumido, não dá pra gente entender o contexto do que aconteceu, muitas vezes tem coisa além do que o B.O informa, outra, como está vítima hoje, entendeu? (Assistente Social)

[...] primeiro acolher, dizer como é chato contar tudo de novo, só que pra eu não ter que passar o mês falando disso, que elas falem tudo que ela sabe nesse atendimento, que a gente não vai retornar a falar de determinados detalhes né, do que aconteceu. A gente faz o primeiro atendimento com os responsáveis né, então pergunta esse lado comportamental da criança o que ela percebe né, o laço familiar e tudo mais (Psicóloga).

Percebe-se, assim, que através deste primeiro atendimento é evitado a revitimização da criança ou do adolescente, que ocorre quando a vítima precisa relatar repetidamente para profissionais ou órgão específico sobre como ocorreu o abuso, fazendo com que a criança reviva novamente os aspectos pertinentes ao abuso sofrido (VILELA, 2005). São feitas apenas as perguntas necessárias e uma única vez aos familiares, no qual todos os profissionais podem ter conhecimento das particularidades referentes à problemática para que não precisem repetir o fato outras vezes.

Percebe-se assim, a responsabilidade das profissionais em realizar um atendimento especializado dentro do Programa, porém, neste percurso, encontram desafios para a realização deste trabalho que estão expostos a seguir:

Os educadores, por exemplo, o desafio é estar na comunidade, eles já foram abordados muitas vezes, é, pelo olheiro, saber o que elas iam fazer, é, já se depararam com o suposto agressor dentro da casa por isso que a vítima não ia para os atendimentos, é, a questão mesmo de equipamentos né, os desafios quando essa família ela não quer, quando ela não acredita que aconteceu aquilo com a filha ou familiar, o desafio econômico dessa família, a quantidade de profissionais que precisaria sim dobrar devido a demanda (Supervisora).

Eu acho que o maior desafio pra gente é o desafio para toda a rede da assistência, não é só o da Rede Aquarela, é o desafio de articulação com outras redes de proteção pra que sejam dado continuidade em atendimentos que a gente sabe que são necessários [...] (Assistente Social).

[...] essa questão da demanda, são muitas demandas pra gente dar conta, a gente tenta fazer o possível pra atender o número máximo de crianças, mas, mais do que o quantitativo a gente

presa pela qualidade no atendimento. De capacitação também para os profissionais, está se reciclando, se capacitando, sabendo que não tem recursos da prefeitura em relação a isso, a articulação com a rede[...] (Psicóloga)

Diante das falas das profissionais percebemos que os maiores desafios que envolvem o trabalho na Rede Aquarela estão a articulação com a rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas, a resistência familiar quanto ao apoio as vítimas, a grande demanda para poucos profissionais, a falta de investimento na capacitação dos profissionais e por fim a falta de segurança para estes profissionais que precisam estar dentro das comunidades e ficam vulneráveis a qualquer tipo de violência. Segundo Azevedo e Guerra (2000), a falta de capacitação dos profissionais, a desintegração dos serviços, a grande demanda para poucos profissionais são aspectos que prejudicam a efetivação das políticas públicas contra a violência sexual.

Assim, iremos abordar no próximo tópico como se dá o trabalho dos profissionais junto às famílias dessas vítimas, o posicionamento das famílias diante dos profissionais e das vítimas assim como as resistências enfrentadas diante da problemática.

4. 3 O trabalho realizado às famílias dentro do Programa

Para que o Programa tenha resultados eficazes também é realizado um trabalho voltado às famílias das vítimas na perspectiva da reconstrução e fortalecimento de vínculos que por vezes é desfeito devido à violência sofrida e que envolve todos os indivíduos que fazem parte da família.

Atendo as famílias das vítimas e dou os encaminhamentos e orientações necessárias, faço esse acompanhamento que inclui visita domiciliar quando é preciso, é, acompanho a família quando necessário em algum procedimento que não tenha sido realizado (Assistente Social).

Outra forma de intervenção é o grupo de famílias, mas que por enquanto está parado conforme a fala da profissional:

A gente fazia antigamente um grupo de famílias certo? Só que a gente parou primeiro por causa da dificuldade de as famílias virem por causa do transporte, de ter o dinheiro para pagar o transporte, e outros também por uma certa resistência mesmo. Mais assim quando a gente faz é muito bom, as famílias gostam para elas é uma superação, então assim, é sempre positivo quando a gente consegue fazer os grupos (Assistente Social).

Compreendemos assim, que o trabalho junto às famílias é realizado através de visitas domiciliares, escutas qualificadas, orientações e encaminhamentos e que o grupo de família é essencial dentro do Programa pois promove interação, troca de experiências e empoderamento para os membros familiares. É um momento em que são relatados suas vivências e, deste modo, se fortalecem conjuntamente.

Porém, também pelas falas das profissionais foi relatado a resistência familiar em lidar com o abuso sexual intrafamiliar, sobre os principais agressores e vítimas.

[...] acontece por que na maioria das vezes esse suposto agressor ele é na grande maioria, a violência é intrafamiliar certo ele vem na figura do pai, do padrasto, do avô, do tio, então é uma relação familiar que vai ter todo um conflito, ai muitas vezes esses desgaste acontece quando a família, ela não acredita, então quando ela é ameaçada, quando ela tem uma dependência emocional, a dependência financeira, então as resistências elas podem ser diversas (Supervisora).

Tem muitos casos que a mãe convive com agressor e não acredita na vítima, imagina como é a cabeça dessa menina, foi uma violência de duas partes, o luto né, perdeu né e a mãe que não acredita e ainda continua com o agressor, e ela mora com a vó. Tem muitos casos assim, que a mãe continua com o agressor (Psicóloga).

Considerando as falas das profissionais, percebemos que há resistência familiar em acreditar nas vítimas que sofreram o abuso sexual intrafamiliar pelo fato de conviverem com os agressores e de serem dependentes destes, seja emocionalmente, financeiramente ou por sofrerem ameaças, dificultando a superação da vítima. As famílias, por sua vez, carregam o sentimento de culpa pelo fato de não terem oferecido proteção suficiente às vítimas, deixando estas vulneráveis ao abuso, assim como ocasiona rompimento familiar devido o abuso

ocorrer com o próprio pai, padrasto, namorado da mãe da vítima, avô, tio, irmão entre outros (ABRÁPIA, 2002).

A mãe da vítima fica insegura, confusa, pois trata-se, muitas vezes, de uma suspeita de violência que ocorre com seu próprio esposo para com sua filha, rejeitando-se a aceitar o fato e negando evidências. Envolve sentimento de culpa, dor e decepção (ARAÚJO, 2002). Sobre os principais agressores e principais vítimas relatam:

[..] mais menina, a questão de gênero é muito forte aí e os agressores não são só homens não, tem a tia da creche, a professora da escola, a babá. Mas no intrafamiliar é mais o homem. O Pai, o padrasto, o avô, o tio, o primo, o irmão (Supervisora).

[...] existe todo perfil: pai, tio, irmão, primo, professor, vizinho, recorrente familiar. Pai e padrasto, os dois. Vítimas atendidas mais o perfil feminino, e na grande maioria o abuso é realizado pelo perfil masculino (Assistente Social).

[...] Cresceu bastante o número de vítimas do sexo masculino, ainda é mais feminino né, e o agressor o pai, padrasto, avô, tio muito difícil ser uma pessoa de fora, na primeira escala pai, padrasto, vem a figura do avô, tem irmão também (Psicóloga).

De acordo com as falas das profissionais e a partir dos atendimentos psicossociais que são realizados na Rede Aquarela, as principais vítimas de abuso sexual intrafamiliar são crianças e adolescentes do sexo feminino, fazendo-nos entender que a violência sexual é uma violência de gênero, que envolve poder, dominação e exploração (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Já os principais agressores são do sexo masculino e estão principalmente na figura do pai ou padrasto tornando a violência favorável ao agressor, pois há uma relação de confiança e poder entre a vítima e o agressor, fazendo com que o abuso seja recorrente e que se estabeleça o silêncio da vítima (BAPTISTA, 2008).

Visto isso, no próximo tópico abordaremos sobre as consequências mais recorrentes que ficam presentes na vida das vítimas, assim como nas famílias que vivenciaram a situação dolorosa de violência sexual intrafamiliar. Além do, perfil das vítimas de abuso sexual intrafamiliar a partir dos atendimentos realizados no Programa.

4.3 Consequências do abuso sexual na vida das crianças e adolescentes e o perfil das vítimas atendidas no Programa

Para maior entendimento sobre a problemática estudada foi questionado aos profissionais quais as principais consequências que ficam presentes nas vítimas, assim como nas famílias que conviveram com o abuso sexual intrafamiliar observados a partir de seus atendimentos bem como o perfil das vítimas atendidas.

Rompimento familiar em grande quantidade, a questão da culpa, que a partir do momento que conta pra família o que aconteceu muda toda a rotina dela na escola, casa, muitas vezes o acusado é o companheiro da mãe e a mãe sofre com aquela situação e a crianças vê a mãe sofrer e já entra com o sentimento de culpa[...] (Assistente Social)

Nas crianças, eu vejo mais essa questão do medo, da insegurança né, desse medo, que tá ai fora, dos adolescentes é mais uma culpabilização do que aconteceram com eles, eles querem projetar isso e acabam se machucando, não só o físico mas de se machucar até em pensamentos né, de dizer que é fraco, é frágil, que o corpo é feio, que tá gordo que é isso entendeu? Essa questão da auto estima baixa, que podem levar caso mais graves como automutilação e pensamento suicida e na mãe a insegurança de deixar essa criança, esse jovem no mundo né, a maioria das mães tem muita culpa né, e a gente vai tentar tirar, trabalhar com elas e dizer que o único culpado é o agressor né [...] (Psicóloga)

De acordo com as falas das profissionais, o abuso sexual intrafamiliar acarreta consequências sociais, psicológicas e físicas nas vítimas, fazendo com que estas sintam-se culpadas pelo ato sofrido. Ficam com sentimento de inferioridade em relação as outras pessoas dificultando o convívio social (GABEL, 1997). Corroborar com o pensamento de (ZAVASCHI, 1991) quando relata que também traz prejuízos físicos como tentativa de suicídio, automutilação, entre outros, agravando ainda mais o âmbito psicológico das vítimas, havendo a necessidade destas se submeterem a tratamentos psiquiátricos.

[..] vem muito pensamento suicida, tentativas suicidas, automutilação autoflagelação, essas meninas assim nesta situação, precisam né de um psiquiatra [...] (Psicóloga).

Diante do exposto, relatou-se também sobre o perfil das vítimas atendidas como expressa as profissionais:

Já chegou 8 meses, mas normalmente de 2 anos, por que assim 8 meses não tem como atender, 1 ano também, o que a gente faz? Orientação para a família e diz se futuramente a família identificar alguma coisa que a criança vem apresentando com relação a violência pode entrar em contato com a gente [...] (Supervisora).

De 0 a 18 anos. A gente atendeu crianças de 2 anos de idade, a gente já recebeu B.O de 1 ano e poucos meses, mas que não teve como atender a criança por que a criança não fala. A rede Aquarela por receber a demanda da DECECA, ela atende qualquer classe social. A grande maioria está estudando, mas também a gente recebe casos de não estarem estudando mais. A grande maioria que eu atendo são famílias realmente classe média baixa, de bairros periféricos da cidade [...] (Assistente Social).

A maioria das crianças atingidas são de classes baixas, vulneráveis, todas as que participam do programa estão na escola, tem casos de abusos que acontecem na escola (Psicóloga).

Conforme relato das profissionais entrevistados, as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual que fazem acompanhamento no Programa Rede Aquarela são de 0 a 18 anos, estão na escola, a grande maioria são de classes vulneráveis e pertencem a bairros da periferia da cidade de Fortaleza. Idade na qual as vítimas estão em processo de formação física e psicológica não tendo ciência do que está ocorrendo fazendo com que o ato ocorra independente da sua vontade ficando às vítimas vulneráveis ao agressor (AZEVEDO; GUERRA, 1988).

A vista disso, o Programa Rede Aquarela é de suma importância dentro do Município de Fortaleza no combate e no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes vítimas, no qual trataremos no próximo tópico sobre este aspecto a partir dos relatos das profissionais

4.4 A importância do Programa Rede Aquarela no município de Fortaleza e a articulação com a Rede Socioassistencial

O Programa Rede Aquarela como política pública criada e administrada pelo Município de Fortaleza é fundamental para assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes que foram violados através da violência sexual assim como é responsável em oferecer prevenção e atendimento às vítimas e seus familiares. Trabalha em articulação com a rede socioassistencial realizando encaminhamentos para os demais serviços da rede de acordo com a necessidade de cada caso visando a garantia de direitos de acordo como expressa os profissionais:

Os principais parceiros institucionais são o CRAS, CREAS, CAPS, se precisar o hospital de saúde mental, já existiu, terminou o atendimento, a psicóloga chegou e disse: A menina me trouxe ideias suicidas, ai, então vamos tentar ver o CAPS, ai daqui o profissional já levou pro CAPS, conversou com a família. Se for assim mais grave, está em crise, é o mental de Messejana (Supervisora).

[...] A gente encaminha, eu encaminho muito quando as famílias são resistentes, todas as famílias que são resistentes a gente encaminha pra que o conselho notifique ela pro atendimento ou agente encaminha também quando são casos emblemáticos, precisa de uma atenção maior do conselho tutelar pra esse atendimento por que também o conselho ele requisita serviços[...] (Supervisora)

[..] essas meninas assim nesta situação, precisam né de um psiquiatra, então a gente tenta vê se encaminha pro PRAVIDA, que é uma instituição que lida com isso né (Psicóloga).

É perceptível pelas falas das profissionais que não é possível fazer um atendimento especializado sem a articulação com a rede de proteção pois cada vítima e/ou familiar traz demandas específicas que abrangem outros serviços. Desse modo, é a partir da rede socioassistencial que irá se garantir a proteção social e a viabilização de direitos (NEVES, 2009). Assim, sobre a importância do Programa relatam:

É importante, todos os eixos, mas a equipe de disseminação né, ela é um dos mais importantes por que é ela que vai levar essa informação pra que as pessoas conheçam o programa, saibam como agir, como encaminha [...], o programa ele tem resultados positivos né, a gente tem casos é, que o agressor foi preso, que a vítima consegui superar, que a família consegui superar, então é positivo por que a gente vê superação (Supervisora).

[...] é um programa de grande importância pras vítimas que sofreram abuso sexual por que toda a nossa equipe, é uma

equipe que trabalha somente com esse perfil que tem um olhar diferenciado. Tenho 100% certeza da grande importância do programa pra essas famílias e se não existisse eu me perguntaria o que seriam delas (Assistente Social).

Fortaleza está de parabéns pelo programa Rede Aquarela, é um programa essencial para as crianças que sofrem a violência sexual (Psicóloga).

Fica visível a relevância do Programa Rede Aquarela para as vítimas do Município de Fortaleza a partir dos relatos dos profissionais, tornando-se necessário a ampliação do atendimento do Programa para todas as regionais de Fortaleza.

5 CONCLUSÃO

Ao concluir a pesquisa, pode-se evidenciar que o abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes é um fenômeno histórico que ocorre em todas as classes sociais, independentemente da etnia, da cultura, do poder socioeconômico que possuem. É um tipo de violência que traz graves prejuízos sejam eles físicos, psicológicos ou sociais às vítimas e a seus familiares pois os agressores são pessoas que possuem vínculos afetivos com as vítimas favorecendo dessa forma o silenciamento dos envolvidos.

O Programa Rede Aquarela por sua vez, é uma das políticas públicas desenvolvidas dentro do município de Fortaleza que trabalha na prevenção, no enfrentamento e no tratamento das vítimas de violência sexual. Assim como de seus familiares respondendo o que estabelece a Constituição Federal de 1988 que responsabiliza o Estado, a família e a sociedade em proteger às crianças e adolescentes quanto a qualquer tipo de violação a seus direitos.

A pesquisa revelou que o Programa Rede Aquarela trabalha na perspectiva do enfrentamento à violência sexual buscando a superação das vítimas diante do trauma sofrido, assim como no acompanhamento de seus familiares, desenvolvendo um trabalho através dos seus quatro eixos de atuação: Disseminação, DECECA, Atendimento Psicossocial e 12ª Vara, assim

como realiza um trabalho em conjunto com a Rede Socioassistencial para atender as diversas demandas trazidas pelas vítimas e por seus familiares. Entre os principais parceiros institucionais estão o CRAS, o CREAS, o CAPS, o Hospital de Saúde Mental de Messejana e os Conselhos Tutelares. Porém, identificou-se que apesar do Programa ser essencial dentro do município não abrange todas as regionais fazendo com que muitas vítimas assim como suas famílias não recebem um atendimento especializado.

Sobre o perfil das vítimas de abuso sexual intrafamiliar de acordo com a pesquisa, pôde-se identificar que são crianças de 0 a 18 anos, que estão no ambiente escolar e que pertencem às classes mais vulneráveis. As principais vítimas são do sexo feminino e, os principais agressores são do sexo masculino. Entre as principais consequências do abuso que envolvem as vítimas estão o medo, a baixa autoestima, a insegurança, o sentimento de culpa, assim como o comportamento autodestrutivo e/ou pensamentos suicida.

Entre os desafios citados pelos profissionais em realizar um trabalho eficaz no Programa estão a articulação com a rede socioassistencial, dificultando os encaminhamentos das vítimas e das famílias que precisam de outros serviços da rede, a resistência familiar quanto ao apoio as vítimas e, que por isso, faltam aos atendimentos sejam por motivos objetivos ou subjetivos. A grande demanda para poucos profissionais, a falta de capacitação dos profissionais para lidar com diversas demandas e os riscos dos profissionais que precisam estar nas comunidades, vulneráveis a qualquer tipo de violência.

Foi também abordado na pesquisa sobre a importância do Programa no Município de Fortaleza e todas as entrevistadas de forma unânime ressaltaram a relevância do Programa no sentido de ressignificar o trauma sofrido pelas vítimas e seus familiares através de intervenções qualificadas que partem desde o trabalho de prevenção da violência até seu tratamento, fazendo-nos entender que apesar das dificuldades enfrentadas pelo serviço os profissionais são comprometidos com a qualidade do atendimento prestado e estão sempre criando estratégias para que os resultados sejam alcançados.

Por fim, ficamos cientes que desenvolvemos algumas discussões, alcançamos alguns resultados, mas que muito ainda se tem para estudar sobre

a problemática. E que todos nós somos responsáveis em garantir a proteção às crianças e adolescentes que tem seus direitos violados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAPIA, Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**. Coleção Criança Carinho, 3.ed. Editora autores & agentes & associados ABRAPIA, Petrópolis/RJ, 2002.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Violência e Abuso Sexual na Família**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez., 2002.

ARIÈS, P. **A história social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

AZEVEDO, Heloisa Helena. SILVA, Lúcia Isabel da C. **A Concepção de Infância e o Significado da Educação Infantil**. Espaços da Escola, Editora Unijuí, ano 9 nº 34, out./dez, 1999.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Pele de asno não é só história...** um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Rocca, 1998.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A (Org.). **Infância e Violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BAPTISTA, Rosilene Santos, FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de, COSTA, Caroline Moneta Pontes da, BRITO, Virginia Rossana de Sousa. **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela**. Acta Paul Enferm, v. 21, n. 4, p. 602-608, 2008.

BARROS, Nivia V. **Violência intrafamiliar contra criança e Adolescente: Trajetória Histórica, Políticas Sociais, Práticas e Proteção Social**. 2005. 1 v. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia, Puc-rio, Rio de Janeiro, 2005.

BENEDITO, Alessandra, MENEZES, Daniel Francisco Nagoo. Políticas Públicas de Inclusão Social: O Papel das Empresas. In: **Revista Ética e Filosofia Política**, vol 1, nº 16, p. 57-76, jun. 2013.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

_____. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. v. 8, 1990.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Página oficial. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Org.). In. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CANEVACCI, M. (Org.) **Dialética da família: Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CEDECA. Disponível em: <<http://www.cedecaceara.org.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CONANDA. Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/resolucao-no-182-de-09-de-marco-de-2017/view>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

DAY, V. P. *et al.*, Violência doméstica e suas Diferentes manifestações. In: **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, vol.25, supl.1, abr. 2003.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Família e reprodução humana. In: **A dinâmica da cultura: estratégia de antropologia**. São Paulo: Cosacnaifv, 2004.

GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz G.; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, Marília Nogueira. **Rede de Atendimento social: Uma ação possível?** Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009. Disponível em: www.catolicaonline.com.br/revistacatolica. Acesso em 06 novembro 2018.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. Unesp: São Paulo, 2009. p. 68.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EDUECE, 2001.

PAIR - Programa de Ações Integradas de Enfrentamento a Violência Sexual Infantojuvenil no território Brasileiro. Disponível em: <http://pair.ledes.net/index.php?toSection=institucional&ItemID=12>. Acesso em: 5 jun. 2018.

PEDERSON, J. R. **Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Serviço Social, Mestrado em Serviço Social, Porto Alegre, 2010.

PINTO, J.F. Violência sexual de crianças e adolescentes: o atendimento psicossocial como estratégia de superação na perspectiva dos profissionais do Programa Rede Aquarela. Monografia [Graduação em Serviço Social]. Faculdade Cearense. Fortaleza, 2014.

PIZZI, M.L.G. **Conceituação de Família e seus diferentes arranjos**. LENPES-PIBID de Ciências Sociais-UEL. v. 1, n. 1, p. 01-09, jan.-jun. 2012.

Rede Aquarela, Google Analytics Disponível em: <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social/servico/146> Acesso em: 10 jun. 2018.

RIBEIRO, Luciana Gonçalves; CABRAL, Maria Laura Vargas. O poder familiar e o conceito moderno de família à luz do ECA. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5087, 5 jun. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58043>. Acesso em: 15 maio 2018.

ROMARO, R. A; CAPITÃO, C. G. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões**. São Paulo: Vetor, 2007.

SAFFIOT, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCOBERNATTI, Gisele. **Violência intrafamiliar: teoria e prática – uma abordagem interdisciplinar**. Pelotas: Armazém Literário, 2005.

SÊDA. Disponível em:

<http://www.pgj.ce.gov.br/orgaos/orgaosauxiliares/cao/caopij/arquivos/documentacao/mat_educativo/ABC_Conselho_Tutelar.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. **Caderno CRH 39**: 11-24. 2003.

SZYMANSKI, Heloisa. Teoria e “teorias” de famílias. In: BILAC, D. E.; CARVALHO, M. do C. B. de (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Educ/Cortez, 2002.

VILELA, Laurez Ferreira (Coord.). **Enfrentando a violência na rede de saúde pública do Distrito Federal**. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2005.

ZAVASCHI, Mari Lucrécia Scherer *et al.*, . Abuso sexual na infância: um desafio terapêutico. **Revista de Psiquiatria**, São Paulo, n. 13, p. 136-145, set./dez. 1991.

ZOTTIS, G.; ALGERI, S.; PORTELLA, V. C. C. Violência intrafamiliar contra a criança e as atribuições do profissional de enfermagem. **Família, Saúde e Desenvolvimento Social**, Curitiba; 2006.

APÊNDICE “A” – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado(a) participante,

Eu, Elaine Marinho Bastos, orientadora da pesquisa, encaminho as alunas abaixo citadas para aplicação dos processos metodológicos da pesquisa. São elas: Antônia Erilane Lauriano Alves da Costa, Janaine Rodrigues dos Santos, Layanne Carvalho de Araújo, Maria Edineuma da Silva, Tatiana Silva Fernandes. Alunas regularmente matriculadas no curso de graduação em Serviço Social da Faculdade Ateneu (FATE). Estaremos desenvolvendo uma pesquisa sob orientação da Professora, Mestre, Psicóloga e Assistente Social. A pesquisa é intitulada ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INTRAFAMILIAR A PARTIR DO OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA REDE AQUARELA, e será realizada em consonância com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde, que tratam dos aspectos éticos em pesquisas envolvendo seres humanos. Assim, de acordo com as resoluções supracitadas, esclarecemos os seguintes aspectos:

I – Essa pesquisa está sendo realizada para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Serviço Social e tem como objetivos geral: Compreender os impactos do abuso sexual na vida das crianças e adolescentes a partir do olhar dos profissionais da Rede Aquarela. E os objetivos secundários: - Entender o abuso sexual contra crianças e adolescentes no convívio familiar; - Apreender as consequências do abuso sexual em crianças e adolescentes; - Conhecer o perfil das crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual; - Identificar as instituições que fazem parte da rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. A coleta de dados será por meio de entrevista semi-estruturada aplicada junto aos profissionais que atuam no atendimento à criança e adolescentes que sofreram abuso sexual intrafamiliar

II – Quanto aos riscos deste estudo, consideramos que o risco se justifique pelo benefício esperado, tais como enfrentar situações de extremo abuso quanto aos direitos humanos; O impacto psicológico e social no pesquisador. Entretanto, os entrevistados poderão, a qualquer momento, optarem em não responder às perguntas ou até mesmo interromper a entrevista caso se sintam constrangidos. Não haverá nenhum procedimento invasivo à privacidade dos entrevistados. As entrevistas com os sujeitos da pesquisa ocorrerão em local fechado e reservado. Quanto aos benefícios deste estudo, são esperados conhecer as condições enfrentadas pelos profissionais que atendem crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual contra crianças e adolescentes; poder propor condições de maior conhecimento sobre as vítimas e abusadores e propor formas de enfrentamento e prevenção aos casos de abuso sexual intrafamiliar. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

III – Informamos ainda que a participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo. Porém, garantimos aos participantes livre acesso aos resultados da pesquisa.

TCLE referente à pesquisa intitulada ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INTRAFAMILIAR A PARTIR DO OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA REDE AQUARELA, sob orientação da Prof^o. Elaine Marinho Bastos, Mestre, Psicóloga e Assistente Social.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(a) pesquisador(a) Orientador Elaine Marinho Bastos, por meio do telefone: (85)999773339, e-mail: elaine.marinho@fate.edu.br ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FATE, localizado na Rua Manuel Arruda, 70. Telefone: 3474-5203. E-mail: cep@fate.edu.br. Bairro: Messejana. CEP 60.863-315. Fortaleza/CE, responsável pelo acompanhamento ético de pesquisas com seres humanos.

Atenciosamente, _____

Nome Completo do Pesquisador (orientando)

Fortaleza, Data ____ \ ____ \ ____

PÓS-ESCLARECIDO

Eu, _____ (NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE) , aceito participar deste estudo e declaro que, por este termo, do qual recebi uma cópia, fui devidamente esclarecido e orientado sobre a pesquisa.

Assinatura do(a) participante

Local e data

APÊNDICE “B” – Entrevistas Norteadoras

ENTREVISTA: SUPERVISORA DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL

Data da entrevista:

Identificação do (a) entrevistado (a)

Nome:

Formação Profissional:

Função na instituição:

1. Há quanto tempo trabalha na Instituição e quais são suas atribuições?
2. Como e quando foi criado o Programa Rede Aquarela e quais são os seus objetivos?
3. Quantos profissionais compõem atualmente a Rede Aquarela? É realizado um trabalho multidisciplinar? Se sim, nos fale um pouco como se dá este trabalho.
4. Como se dá o trabalho com as famílias das vítimas de violência sexual? Há resistências nos membros familiares em repassarem as informações pertinentes a violência?
5. Como o Programa Rede Aquarela contribui para a superação da violência sexual vivenciada por crianças e adolescentes?
6. Quais os principais parceiros institucionais do Programa Rede Aquarela? Como se estabelece a relação com a rede institucional? Como se efetiva na prática?
7. Quais os desafios encontrados pelos profissionais para desenvolver seu trabalho no Programa?
8. Quais as perspectivas e possibilidades para esse trabalho?
9. Como se dá o processo até que as famílias e crianças vítimas de violência sexual cheguem à Rede Aquarela?
10. Quantas crianças são assistidas atualmente pelo programa? Há algum número limite de atendimentos dentro do programa?
11. Quantos atendimentos em média são realizados diariamente?
12. Qual a idade e o sexo das crianças e adolescentes vítimas?
13. Quais as formas de enfrentamento adotadas pelo Programa Rede Aquarela para combater a violência sexual de crianças e adolescentes?

ENTREVISTA: ASSISTENTE SOCIAL

Data da entrevista:

Identificação do (a) entrevistado (a)

Nome:

Formação Profissional:

Ano de Formação:

Função na instituição:

GRESS:

1. Há quanto tempo trabalha na Instituição e quais são suas atribuições? Trabalhou em outras instituições com atendimento de crianças e adolescentes vítimas?
2. Como o Programa Rede Aquarela contribui para a superação da violência sexual vivenciada por crianças e adolescentes?
3. Quais os desafios encontrados pelos profissionais para desenvolver seu trabalho no Programa?
4. Quais as perspectivas e possibilidades para esse trabalho?
5. Como se dá o trabalho com as famílias das vítimas de violência sexual? Há resistências nos membros familiares em repassarem as informações pertinentes a violência?
6. A partir dos atendimentos realizados, quais as consequências mais recorrentes que afetam as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?
7. Qual o perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que são atendidas pelo programa?
8. Há algum trabalho desenvolvido especificamente pelo Serviço Social dentro da instituição para as crianças, adolescentes e famílias que são acompanhadas no programa?
9. Quem são os principais agressores das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual? Qual membro familiar mais registra boletim de Ocorrência (B.O)?
10. Quais expressões da questão social são mais identificadas a partir dos atendimentos às famílias e crianças vítimas de violência sexual?
11. Quais as formas de enfrentamento adotadas pelo Programa Rede Aquarela para combater a violência sexual de crianças e adolescentes?
12. Nas situações de violência intrafamiliar para quem a vítima faz a revelação? Qual a reação deste perante a situação e qual a reação da família?
13. Por quanto tempo as crianças e adolescentes assim como as famílias destas são acompanhadas no programa Rede Aquarela? Em qual momento se percebe que já podem ser desligados do programa? São encaminhados para alguém local?

ENTREVISTA: PSICÓLOGA

Data da entrevista:

Identificação do (a) entrevistado (a)

Nome:

Formação Profissional:

Ano de Formação:

Função na instituição:

CRP:

1. Há quanto tempo trabalha na Instituição e quais são suas atribuições?
2. Como o Programa Rede Aquarela contribui para a superação da violência sexual vivenciada por crianças e adolescentes?
3. Quais os desafios encontrados pelos profissionais para desenvolver seu trabalho no Programa e quais as perspectivas e possibilidades para esse trabalho?
4. Como se dá o trabalho com as famílias das vítimas de violência sexual? Há resistências nos membros familiares em repassarem as informações pertinentes a violência?
5. A partir dos atendimentos realizados, quais as consequências mais recorrentes que afetam as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual?
6. Qual o perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que são atendidas pelo programa?
7. Quem são os principais agressores das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual? Qual membro familiar mais registra boletim de Ocorrência (B.O)?
8. Quais as formas de enfrentamento adotadas pelo Programa Rede Aquarela para combater a violência sexual de crianças e adolescentes?
9. Por quanto tempo as crianças e adolescentes assim como as famílias destas são acompanhadas no programa Rede Aquarela? Em qual momento se percebe que já podem ser desligados do programa?
10. Os atendimentos realizados as famílias contribuem para a superação da violência sexual sofrida por crianças e adolescentes?
11. Nas situações de violência intrafamiliar para quem a vítima faz a revelação? Qual a reação deste perante a situação e qual a reação da família?